JULHO DE 1914

O TRIÂNGULO VIENA – BERLIM – S. PETERSBURGO

No sentido Berlim-Viena, o canal diplomático austríaco ia, entretanto, produzindo mais informação, cuja tonalidade mantinha algum contraste com o teor dos documentos alemães e apresentava, até, aspectos inteiramente ausentes nos mesmos. Assim, com data de 6 de Julho, e respeitante ao encontro com Bethmann-Hollweg, na manhã desse dia, Szögyény[1] enviou para Berchtold[2] um relato que, na sua parte inicial, coincidia sensivelmente com o teor da carta que o chanceler havia enviado para o embaixador alemão em Viena. Todavia, acrescentava outras matérias não constantes nos documentos alemães:

«No decurso de novas conversações, certifiquei-me de que o chanceler[3], tal como o imperador, consideram uma acção imediata da Áustria contra a Sérvia como a mais radical e a melhor das soluções para as nossas dificuldades nos Balcãs. Do ponto de vista internacional, [o chanceler] considera o momento actual mais favorável do que uma data posterior. Concorda completamente que não informemos antecipadamente a Itália nem a Roménia acerca de uma eventual acção contra a Sérvia. Por outro lado, a Itália tem de ser informada, desde já, pela Alemanha e por nós, da intenção de concretizar a adesão da Bulgária à Tripla Aliança. No final da entrevista, o chanceler perguntou pelo estado da situação na Albânia e alertou-nos veementemente contra quaisquer planos que possam fazer perigar as nossas relações com a Itália e a sobrevivência da Tripla Aliança.»[4]

Assim que Jagow regressou da sua lua-de-mel na Suíça e retomou na plenitude as suas funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, fez questão de insistir no envio para Viena de recomendações de prudência. Mas não só. Começou, também, a fazer perguntas, às quais Berchtold não se dignou responder completa e francamente. Em 11 de Julho, Jagow aconselhou Viena, através do embaixador alemão, «a reunir suficientes provas de que existe na Sérvia uma agitação promovida pelo movimento da Grande Sérvia que faz perigar a Monarquia Dual, de modo que a opinião pública europeia possa ser convencida, tanto quanto possível, da justiça que assiste à causa da Áustria. Seria melhor que esse material fosse tornado público de forma não separada mas sim como um todo, imediatamente antes de serem apresentadas à Sérvia as exigências ou ultimato, consoante o caso.»[5]

Berchtold não prestou qualquer atenção a esta recomendação. De nada valeram, igualmente, os avisos que a Alemanha fez acerca da simpatia que o governo e a opinião pública de Itália vinham demonstrando pela causa da Sérvia, circunstância que fazia prever a sua provável não-adesão a qualquer acto hostil contra o governo de Belgrado. A pouco e pouco, a condução da crise iniciada com o assassinato de Francisco Fernando passara inteiramente para as mãos do governo austríaco, convencido de que o apoio da Alemanha não faltaria. A Alemanha, por sua vez, mantendo a fidelidade à aliança, estava a sujeitar-se à eventualidade de ter de se confrontar com acções aventureiras da Áustria-Hungria, para as quais já não encontraria remédio.

Berchtold encontrava-se rodeado por conselheiros que, exceptuando Tisza, ministro-presidente da Hungria, entendiam que uma simples vitória diplomática sobre a Sérvia seria inútil e não resolveria a ameaça violenta decorrente do espírito apoiante da Grande Sérvia. Tisza, na sua posição solitária, entendia que se devia começar por uma forte pressão diplomática sobre o governo de Belgrado, mas não através de qualquer ultimato.

Em 7 de Julho, Berchtold esteve reunido, de manhã e de tarde, com todo o governo. Na parte da tarde, além dos ministros da Guerra e da Marinha, foram também convocados os chefes dos estados-maiores do Exército e da Marinha. Da acta dessa reunião, destaca-se a seguinte passagem:

---

[1] Embaixador austríaco em Berlim.
[2] Ministro dos negócios Estrangeiros do Império Austro-Húngaro.
[3] Bethmann-Hollweg.
[4] FAY, Sidney, *The Origins Of The World War*, Vol. II, pp. 216-217.
[5] *Ibidem*, p. 255.

«O ministro da Guerra tomou a palavra, a convite do presidente, para dirigir as três questões seguintes ao Chefe do Estado-Maior-General:

1.º Seria possível mobilizar apenas contra a Sérvia e, posteriormente, se a necessidade se colocar, também contra a Rússia?

2.º Seria possível manter na Transilvânia grandes efectivos de tropas, para intimidar a Roménia?

3.º Onde é que, previsivelmente, se iniciariam as operações contra os Russos?

O Chefe do Estado-Maior-General deu, sobre as diferentes questões, esclarecimentos secretos e solicitou que os mesmos não constassem do texto da acta.

Com base nestes esclarecimentos, desencadeou-se uma longa discussão sobre o potencial relativo de combate e sobre o curso que, verosimilmente, tomaria uma guerra europeia; esta discussão, dado o seu carácter secreto, não ficou registada nas actas.

No final do debate, o ministro-presidente húngaro [Tisza] apresentou novamente o seu ponto de vista sobre a questão da guerra e lançou um novo apelo aos membros do Conselho, pedindo-lhes para reflectirem maduramente na sua decisão.»[6]

Berchtold sabia que tinha um largo apoio no seio do governo, faltando, apenas, obter a concordância do imperador Francisco José. Numa primeira reunião, na residência de Verão de Ischl, em 9 de Julho, Berchtold não logrou obter do imperador senão a sua concordância com a modalidade de acção sugerida por Tisza. Secretamente, porém, começou a trabalhar na modalidade do ultimato.

Preparando o ânimo da população, a agência telegráfica oficial, que, habitualmente, emitia um resumo da imprensa estrangeira, mas unicamente dos principais órgãos de cada país, começou a publicar, em grande quantidade, extractos de artigos publicados em todos os jornais da Sérvia, dando especial relevo às publicações menos importantes, nas quais o estilo mais livre e a linguagem mais contundente contra a monarquia austro-húngara serviam excelentemente para desenvolver um espírito de retaliação.

A 14 de Julho, Berchtold encontrou-se com Tisza e conseguiu convencê-lo a aceitar a apresentação de um ultimato à Sérvia. Tisza colocou como única condição a realização de um plenário do conselho de ministros, no qual se aprovaria, previamente, uma declaração segundo a qual, em caso de guerra, para além de pequenas correcções no traçado da fronteira entre o império austro-húngaro e a Sérvia, não seriam feitas aquisições de território. Era uma medida que interessava à Hungria e que prevenia qualquer pedido de compensação territorial por parte da Itália. Foi igualmente decidido que o ultimato seria retido até o governo austríaco ter tido notícia da partida de São Petersburgo do presidente francês, propositadamente para impedir que, sobre o mesmo, os dois chefes de estado pudessem conferenciar directamente. Num relatório apresentado a Francisco José, Berchtold justificava a demora afirmando que temia, sobretudo, que «o czar, hesitante e amante da paz, e o comedido Sazonov[7] fossem sujeitos à imediata influência dos dois instigadores, Poincaré e Izvolski», aumentando a probabilidade de uma reacção russa em termos militares.[8]

Embora todas estas diligências fossem sendo executadas com a discrição que resultava de um desejo de surpresa, o certo é que algumas fugas de informação possibilitaram que, nos círculos diplomáticos da capital austríaca, se conhecessem as principais linhas da esperada reacção ao assassinato de Francisco Fernando.

Assim, em 16 de Julho, o embaixador britânico, Maurice de Bunsen, estava em condições de enviar uma telegrama para Edward Grey[9], no qual afirmava:

«Uma espécie de acusação está a ser preparada contra o governo sérvio, por alegada cumplicidade no assassinato do arquiduque. As acusações basear-se-ão nas medidas legais em curso no tribunal de Sarajevo. O meu informador afirma que o governo sérvio será intimado a adoptar

---

[6] BOURGEOIS, Emile, PAGÈS, Georges, *Les origines et les responsabilités de la Grande-Guerre - Preuves et Aveux*, p. 78.

[7] Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia.

[8] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, p. 240.

[9] Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico.

certas medidas de carácter definitivo contra a propaganda nacionalista e anarquista, e que o governo austro-húngaro não está disposto a negociar com a Sérvia, pelo que insistirá na sua satisfação imediata e incondicional, sem o que será usada a força. Dizem que a Alemanha está plenamente de acordo com este procedimento e que o resto da Europa simpatizará com a atitude da Áustria-Hungria ao exigir que a Sérvia adopte, futuramente, uma atitude mais submissa [...] Perguntei se esperavam que a Rússia ficasse quieta no caso de uso da força contra a Sérvia. O meu informador disse que presumia que a Rússia não quisesse proteger assassinos raciais, mas, de qualquer modo, a Áustria-Hungria iria para diante, quaisquer que fossem as consequências.»[10]

Por sua vez, o embaixador francês, Alfred Chilhaud-Dumaine, em 19 de Julho, expedia para a embaixada francesa em S. Petersburgo, para ser entregue ao primeiro-ministro Viviani, uma recomendação, na qual, designadamente, alertava para os perigos de um injustificado optimismo:

«O governo francês estaria a ser enganado, dando ouvidos aos disseminadores de optimismo; vão ser feitas pesadas exigências à Sérvia [...] O teor da nota e o seu tom imperativo certamente garantirão a recusa de Belgrado. Então, começarão as operações militares».[11]

Quanto à própria Alemanha, parece certo que soube com alguns dias de antecipação as linhas gerais do ultimato, embora de forma incompleta. De facto, com data de 18 de Julho, o encarregado de negócios da Baviera em Berlim, despachou para Munique uma informação nesse sentido, fruto de uma conversa que tivera com Zimmermann[12]. Todavia, o teor da informação reflectia algumas dúvidas sobre a firmeza do governo austro-húngaro para levar por diante a acção contra a Sérvia.[13]

O certo é que, tanto Jagow como Edward Grey haveriam de declarar, depois de 23 de Julho, que haviam sido totalmente surpreendidos pelo acto intimidatório do governo de Viena.

Na Rússia, Sazonov estava menos informado, mas desconfiava do silêncio de Viena. Tanto bastou para presumir que algo estaria a ser preparado contra a Sérvia. Entendeu, por tal motivo, ter uma conversa com os embaixadores alemão e austríaco, transmitindo-lhes que o governo russo achava que seria injusto considerar todo o povo sérvio como culpado do crime de Sarajevo, como transparecia dos artigos publicados na imprensa austríaca. A Rússia não ficaria indiferente a qualquer tentativa para humilhar a Sérvia. O embaixador austríaco, Szápáry, embora referindo que o seu governo não podia tolerar as actividades terroristas sérvias, estava convencido de que tudo se resolveria de modo pacífico. As suas explicações foram de tal modo convincentes das intenções pacíficas de Viena que Sazonov comentou para o barão Schilling, seu secretário: «*Il a été doux comme un agneau*».[14] Tranquilizado, Sazonov podia empenhar-se sem reservas na visita do presidente e do primeiro-ministro franceses, que se avizinhava.

Em 19 de Julho, depois de aprovado em conselho de ministros conjunto, sob a presidência de Berchtold, o ultimato foi despachado para o embaixador Giesl, em Belgrado, com a indicação de que o deveria apresentar às 17 horas de 23 de Julho. Do mesmo modo, cópias do documento foram enviadas aos embaixadores austro-húngaros em Berlim, Paris, Londres, Roma, São Petersburgo e Constantinopla, com a indicação de serem entregues aos governos locais, para conhecimento, na manhã de 24.

Em 20, não tendo sabido notícias da evolução da situação, Francisco José, que continuava em Ischl, telegrafou a Berchtold a pedir informações. O ministro respondeu que o documento não pudera ser finalizado em 19 – o que era falso – mas que logo que estivesse pronto lho remeteria por correio. Na mesma ocasião, solicitava ao imperador que o recebesse em 21. Nesse dia, à tarde, já depois de ter reunido com o imperador, Berchtold telegrafou para o seu colaborador barão Macchio:

«Sua Majestade aprovou, sem alterações, o texto da nota para a Sérvia e o que se destina às potências estrangeiras. Peço-lhe que informe o embaixador alemão, Tschirschky, de que não é

[10] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, p. 247.
[11] *Ibidem*, p. 248.
[12] Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do governo alemão.
[13] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, pp. 260-262.
[14] *Ibidem*, p. 276. Em francês no original.

possível entregar-lhe a nota, até amanhã de manhã, uma vez que ainda lhe vão ser introduzidas algumas correcções.»[15]

Nesta parte final da mensagem, Berchtold faltava à verdade e à promessa que fizera ao embaixador alemão de lhe remeter uma cópia da nota assim que a mesma fosse aprovada na reunião de 19 de Julho e ainda antes de a mesma ser submetida à aprovação de Francisco José. Porquê? Provavelmente com receio de Berlim desaprovar o tom intransigente do ultimato. Seria, portanto, uma forma de colocar o governo alemão perante um facto consumado, sem lhe dar tempo para qualquer intervenção.

Jagow, entretanto, não parava de fazer tentativas no sentido de saber exactamente o que iria suceder. Em 21 de Julho, depois de ter convocado o embaixador Szögyény, teve com ele uma conversa suficientemente persuasiva que o levou a contactar Berchtold, insistindo que considerava imprescindível que o governo alemão conhecesse o texto do ultimato desde logo. Em 22, finalmente, chegou a autorização de Berchtold, e, nesse mesmo dia, ao fim da tarde, Jagow recebeu o documento. Depois de o ler, o ministro alemão disse a Szögyény que o achara demasiado "cortante", que ia demasiado longe nas suas exigências e não se coibiu de afirmar, em tom de censura, que era lamentável que o governo alemão só tivesse sido informado em cima do acontecimento. O mesmo comentário seria feito, horas mais tarde, por Bethmann-Hollweg. Irritadíssimo haveria de ficar o kaiser ao ter conhecimento do ultimato, a bordo do iate *Hohenzollern*, através de uma agência noticiosa.

Apesar das discordâncias expressas após o conhecimento do texto completo do ultimato, a Alemanha, provavelmente a contragosto, absteve-se de qualquer atitude de ruptura com o procedimento austríaco, ficando, a partir desse momento, completamente dependente das consequências do mesmo e com escassos meios de controlar os acontecimentos supervenientes. Além disso, para efeitos de opinião pública internacional, colocava-se na perigosa posição de cúmplice da Áustria-Hungria.

David Martelo - 2013

[15] *Ibidem*, p. 253.